

MARIA DE JESUS MORAIS



Acreanidade

Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana



Edufac

MARIA DE JESUS MORAIS

Acreanidade

Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana



Edufac

**“ACREANIDADE”: INVENÇÃO E REINVENÇÃO
DA IDENTIDADE ACREANA**

ISBN 978-85-8236-037-8

Copyright © Edufac 2016, Maria de Jesus Moraes
Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre

Diretor

José Ivan da Silva Ramos

Conselho Editorial

Carromberth Carioca Fernandes, Délcio Dias Marques,
Esperidião Fecury Pinheiro de Lima, Humberto Sanches
Chocair, José Ivan da Silva Ramos (Pres.), José Porfiro da
Silva (V. Pres.), José Sávio da Costa Maia, Leandra Bordignon,
Lucas Araújo Carvalho, Manoel Limeira de Lima Júnior
Almeida, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Rafael Marques
Gonçalves, Rodrigo Medeiros de Souza, Rozilaine Redi
Lago, Selmo Azevedo Apontes, Sérgio Roberto Gomes de
Souza, Silvane da Cruz Chaves, Simone de Souza Lima.

Secretária Geral

Ormifran Pessoa Cavalcante

Editoras de Publicações

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio
Jocília Oliveira da Silva

Projeto Gráfico

AntonioQM

Design Editorial

AntonioQM
FredericoSO

Capa

AntonioQM

Revisão de Texto

Bárbara Silva Figueiredo
Selmo Azevedo Apontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Elaborada pela Biblioteca da Ufac

P360c Maria de Jesus Moraes.

“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana / Maria
de Jesus Moraes. – Rio Branco: Edufac, 2016.

ISBN: 978-85-8236-037-8

1. Professores – Formação. 2. Currículos. 3. Interdisciplinaridade. 4. Prá-
ticas pedagógicas – Estudo e ensino. I. Título.

CDD 22.ed. 370.71

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11º/600

Maria de Jesus Morais



Edufac

SUMÁRIO

CAPÍTULO

1.	TERRITÓRIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A “ACREANIDADE”	29
1.1	TERRITÓRIO E IDENTIDADE	33
1.2	TERRITÓRIO E MEMÓRIA.....	42
1.3	DISCURSO E IDENTIDADE.....	47

CAPÍTULO

2.	GÊNESE DA “ACREANIDADE”: A REVOLUÇÃO ACREANA. GÊNESE DO ACREANISMO: O MOVIMENTO AUTONOMISTA DO ACRE	61
2.1	O MITO FUNDADOR DO ACRE E DOS ACREANOS	63
2.2	A “INVENÇÃO” DO ACRE E DOS ACREANOS	94
2.3	O MOVIMENTO ACREANISTA E A QUESTÃO DA AUTONOMIA TERRITORIAL..	98

CAPÍTULO

3.	A RESIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ACREANA: O MOVIMENTO SOCIAL DE ÍNDIOS E SERINGUEIROS COMO SÍMBOLO DA “DEFESA DA FLORESTA” E DO “VERDADEIRO ACREANO” ...	123
3.1	MOVIMENTO SOCIAL DOS SERINGUEIROS DO ACRE: RESISTÊNCIA À PECUARIZAÇÃO E “INVENÇÃO DE DIREITOS”	125
3.2	POVOS INDÍGENAS DO ACRE: DO “TEMPO DAS CORRERIAS” AO “TEMPO DA REVITALIZAÇÃO CULTURAL”	148
3.3	A ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA.....	170

4. A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE: O GOVERNO DA FLORESTA E O “DISCURSO FLORESTÂNICO”.. 179

- 4.1 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO ACRE 180**
- 4.2 O “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA NO ACRE191**
- 4.3 O GOVERNO DA FLORESTA E A “FLORESTANIA” 200**
- 4.4 AMBIGUIDADES E TENSÕES DO “DISCURSO FLORESTÂNICO” 226**

5. (RE)INVENTANDO O PASSADO: A REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO ACRE CRIAÇÃO DE “ESPAÇOS DE MEMÓRIA” E “INVENÇÃO DE TRADIÇÕES” 241

- 5.1 MATERIALIZANDO A MEMÓRIA NA CIDADE DE RIO BRANCO 243**
- 5.2 INVENÇÃO DE TRADIÇÕES: FOLIA NA GAMELEIRA – CARNAVAL COMO ANTIGAMENTE –, FOLGUEDO JABUTI-BUMBÁ E A SANTA DOS SERINGUEIROS 279**
- 5.3 COMEMORAÇÕES: USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA COLETIVA 284**
- 5.4 A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA: ESPAÇOS E TEMPOS ESQUECIDOS NA CONSTRUÇÃO DA “ACREANIDADE” 291**

PREFÁCIO

Rogério Haesbaert¹

O estado do Acre, incorporado ao Brasil apenas no início do século XX, é uma dessas “fronteiras” (tanto em seu sentido político quanto econômico e sociocultural) cujos movimentos de transformação podem ser lidos ao mesmo tempo como uma herança “marginal” e relegada da história nacional e como constituintes indissociáveis, inerentes à própria formação da nação e do Estado brasileiro. Por longo tempo menosprezado na nossa formação socioespacial, o Acre nas últimas décadas passou a ocupar uma posição de destaque dentro de debates fundamentais, como o da questão ecológica e o da organização de movimentos de resistência dos chamados povos tradicionais (especialmente a partir da criação das reservas extrativistas como modelo inovador de construção territorial).

Politicamente, forjaram-se no espaço acreano iniciativas que, principalmente através da luta simbolizada por Chico Mendes, projetaram-se para além das próprias fronteiras nacionais. Assim, o Acre põe em questão pressupostos do senso comum que colocam sempre em posição secundária os chamados espaços periféricos – principalmente se considerarmos a própria distância física do Acre em relação aos centros político e econômico no conjunto territorial brasileiro.

Maria de Jesus, neste trabalho inédito, investe na problematização desse alçar do Acre a uma condição identitária ímpar e destacada no cenário político nacional – identidade (“acreanidade”, como definido pela autora) que é sempre considerada em seu caráter dinâmico, multidimensional e politicamente estratégico. Identidade dinâmica porque, como bem enfatiza a pesquisadora, é construída e reconstruída através da diferenciação do tempo histórico. Ainda que percorra todo o processo de idas-e-vindas da formação

1 Rogério Haesbaert é professor da Universidade Federal Fluminense e foi orientador de Tese de Doutorado de Maria de Jesus Moraes.

de uma ou múltiplas identidades acreana através do tempo, a autora privilegia o período de fortalecimento da imagem “ecológica” ou do “discurso florestânico”, entre 1999 e 2006.

A identidade acreana é também multidimensional e politicamente estratégica porque, como toda identidade social, molda-se na interface com os interesses políticos e econômicos que estão em jogo. Isso fica muito claro quando a autora discute a estratégia proposta pelos governos do Partido dos Trabalhadores em torno do chamado “Governo da Floresta”. Aqui, genericamente (ignorando as diferentes experiências efetivamente vividas) os indivíduos e a sociedade aparecem – em tese, pelo menos – amplamente imbricados ao meio, ao espaço em que se situa, como se a “floresta” (mesmo tão devastada no leste acreano) fosse não apenas o pano de fundo, a paisagem que emoldura, mas um constituinte estrategicamente posicionado de modo a legitimar, para todos, o mesmo discurso hegemônico e os interesses empresariais aí envolvidos.

Vê-se também como os grupos sociais – nesse caso, sobretudo, os grupos políticos e a mídia – jogam com referenciais simbólicos mobilizados e/ou reconstruídos a partir da história e da geografia do estado. Assim, como toda memória, o caráter seletivo re-inventa ou re-cria espaços e tempos que, por sua vez, serão relidos de modo distinto pelos diferentes estratos socioeconômicos e culturais em pauta.

Como bem expressa a autora, (re)vive-se hoje, “supostamente”, os “ideais dos Povos da Floresta”. E, assim, selecionam-se momentos e vivências que acabam “esquecendo” relações como aquelas, tensas, vividas entre índios e seringueiros – ou entre grandes proprietários e sem-terra – e que “resultaram em genocídios e etnocídios”. Como diz um folheto publicitário do governo Jorge Viana, “o lado perverso naqueles tempos era vencido pela coragem, pela esperança e por outros bons sentimentos que acabaram moldando os povos da floresta – a que ousamos chamar de ‘acreanidade’”.

Remodações e patrimonializações urbanas empreendidas, em maior ou menor grau, em cidades como Rio Branco, a capital do estado, Porto Acre e Xapuri, são muito bem analisadas pela autora, demonstrando cla-

ramente não apenas a busca de refuncionalizações, mas também de uma ampla ressignificação territorial, de modo a “modernizar” com cores locais o espaço urbano e fortalecer símbolos que representem o amálgama dessa propalada “acrianidade”.

Assim, poderíamos dizer, surge aquilo que a geógrafa Doreen Massey chamou de “um sentido global do lugar” ou o que denominamos de “multiterritorialidade”. O Acre também se insere na globalização através de projetos de reurbanização que recombina elementos e influências de diversas ordens/escalas. A diferenciação e, conseqüentemente, a construção de uma identidade acreana não se dá a partir de uma singularidade exclusiva, como se pretendia no passado, mas a partir de processos e fenômenos de diferentes origens espaço-temporais que ali se combinam de uma maneira específica. E essa especificidade está atrelada, também, é claro, às formas próprias de articulação político-econômica dos grupos hegemônicos com os demais grupos e classes sociais.

Revelar a complexidade desse jogo geo-histórico de reconstrução identitária e promover um rico e indispensável debate é a grande contribuição de Maria de Jesus Morais neste trabalho. A memória espaço-temporalmente seletiva que resulta num processo de identificação a favor, sobretudo, de um projeto hegemônico moldado muito mais de cima para baixo do que a partir da dura realidade vivida “de baixo para cima” pode, no entanto, como todo processo identitário, em suas contradições e ambigüidades, ser relido, reconstruído e, mesmo, subvertido. Como na afirmação de Jacques Le Goff corroborada ao final deste livro pela autora, “devemos, então, trabalhar de ‘forma a que a memória [e o espaço] coletivo sirva para a libertação e não para a servidão dos homens””. O espaço, por mais fechado que pareça, deixa sempre brechas para novos rumos, novos caminhos e novas formas de ordenamento que, constantemente, precisamos aprender a trilhar.

APRESENTAÇÃO

Eu e nós em um Acre que, sim, existe!

Já em meados da primeira década do século XXI, encontramos Francisco em uma das reservas extrativistas do Acre. Francisco, um acreano de quase trinta anos, um morador da floresta, ribeirão, um seringueiro... Ops!: “Eu sou seringueiro quando o pessoal do governo tá aqui, quando não tá e quando vô pro baile, pra conquistar a mina, filha de seringueiro, aí lá sou fazendeiro...”

Francisco poderia ser Chico, Manuel, José, João, Jerônimo, Miguel, Lenine, Gerson, Elder, Jesus... Ou Francisca, Chica, Manuela, Maria, Joana, Jerônima, Miguelina, Gersina, Edelina, Jesus... Todos e todas poderiam ser, variar e performatizar, pra cá ou pra lá, seringueiros e seringueiras, fazendeiros e fazendeiras...

A transitoriedade contínua de Francisco entre seringueiro e fazendeiro ilustra que toda identidade é negociada: depende onde estou, depende com quem me relaciono, depende o que quero ou o que querem de mim. Tanto em um caso quanto em outro, o movimento alegórico da identidade se assenta sobre históricas construções materiais e simbólicas, assentadas sobre relações e projetos de poder, individuais ou coletivos, temporais e espaciais.

“O acreano foi o único povo que lutou para ser brasileiro!” Virado axioma da construção identitária acreana, a expressão busca o consenso em torno de uma excepcionalidade: ser brasileiro, no Acre, não foi parte de uma normalidade, mas parte de uma exceção. A exclusividade na “escolha” identitária foi se assentando sobre mitos de origem (Revolução Acreana) e de destino (independência, autonomia, florestania, desenvolvimento sustentável...). [Os gaúchos, muitos gaúchos, têm uma frase contundente sobre a identidade gaúcha: “O gaúcho foi o único povo que lutou para ser brasileiro!” Verossimilhanças: migrações, disputas fronteiriças e ressentimentos sobre o governo central].

“Pelas suas engrenagens, a vida [de Toinho] se lhe escoava aos poucos, triturada, esmagada, consumida”: o sentir e o sentido de um seringueiro contados em *Seringal*, livro de Miguel Jeronymo Ferrante. Por muito tempo, praticamente um século, ser seringueiro foi sinônimo de estar na ponta mais baixa de uma hierarquia socioeconômica no Acre, antes e depois da “Guerra de la Goma” (definição boliviana para a nossa Revolução Acreana ou Questão do Acre). Na ponta de cima, os coronéis de barranco (e das casas aviadoras e seus sócios menores e maiores de Manaus e Belém) anteciparam a identidade fazendeira, com nova roupagem na expansão agropecuária a partir dos anos 1970. Junto e em contraposição a ela, movimentos de resistência construíram a identidade seringueira, em empates contra processos de expropriação e desterritorialização, comandados, justamente, por fazendeiros! Ser seringueiro, assim, se fazia como contraposição a ser fazendeiro, no que podemos estender: contraponto a ser latifundiário, a ser empresário e a ser patrão.

Voltemos a Francisco: ele é seringueiro às vezes, é fazendeiro em outras! Como isso pode ser possível, transitar por entre antagônicas construções identitárias classistas? Como Francisco parece conseguir lidar com isso?... Com toda a tranquilidade da floresta inteira, do mundo inteiro! Porque, afinal, os jogos de identidade são jogados pela sociedade em sua diversidade, solidária às vezes, contraditória e desigual em outras.

O jeito: toda identidade é uma construção social marcada por relações de poder econômico, político, social, cultural, simbólico. Deslizante – porque as gentes nunca são necessariamente autômatos –, a identidade forja um “ideal tipo”, mas não necessariamente as e os sujeitos se ajustam, a todo o momento e em todos os lugares, a ela. Superada a condição “ventrilocar” de uma identidade aprisionante, somos seres que deslizam de uma para outra como parte de uma contradição que nos compõe – um político acreano, por exemplo, depois de seus dois mandatos seguidos como governador, imputando ao Acre a condição “florestânica” (o “governo da floresta”), assumiu um lugar de destaque junto a uma grande empresa de papel-celulose, pro-

dutora de “desertos verdes” Brasil afora... Francisco, morador e trabalhador da floresta, seringueiro de dia e fazendeiro à noite: qual o problema?

Francisco “poderá” ser fazendeiro apenas até o fim do baile, com ou sem sucesso no empreendimento da conquista. Porque, dia menos dia, se a mulher fora laçada por ele, acabará por descobrir, principalmente se um casamento se avizinhar, que o primeiro beijo dela o transformou na sua condição de existência, de uma hora para outra, não muda: a de trabalhador. Se ela, mesmo assim, aceitar o enlace, é porque ele plantou uma mentira e colheu uma verdade, a verdade do amor e, nela, a da amizade, que, como também sabemos, nasce, cresce e se solidifica apenas entre iguais.

Mas nem sempre “empreendimentos” de identidade são definidos e construídos entre iguais. Processos coletivos de identificação/diferenciação hegemônicos tendem a se sobrepor às classes sociais, insistindo que o *ser* de um é o *ser* de todos. Imaginados e inventados primeiro, esses *seres* em sua identidade podem, em algum momento, *viver-se* como tal: *ser brasileiro, ser acreano...* Na tensão, conflito e contradição entre identidade dominante e classe subalterna, o consenso identitário encobre a acumulação em uns e a expropriação em outros. Todos, por exemplo, acreanos virados, sub-repticiamente, *seres* “florestânicos”: povos da floresta, da água e da terra envolvidos em projetos e empreendimentos de uma nova era – a do “desenvolvimento sustentável” (a passagem, portanto, do sujeito dominante de um “governo da floresta” para um sujeito de empresa de “desertos verdes” se justifica sem contradição alguma: em ambos os casos, florestas, empreendimentos e desenvolvimentos fazem parte de uma mesma “economia verde”).

E aqui a nossa última volta a Francisco: é possível imaginar que seu jogo entre *ser* seringueiro *ser* fazendeiro é, simultaneamente, a tensão entre a adrenalina de uma querida conquista e a perigosa descoberta iminente – não pode haver falha, nem ato falho. Cada olhar, piscada de olho, respiração, gesto, palavra, sussurro ao pé de orelha, mão no cabelo, encostada de braço, camisa, pares de calça e de bota, devem coerentemente se acomodar à trama e à dramaticidade daquele *ser* que ali se mostra, que ali se faz. Discursos, memória, trajetória, invenções de como e de onde veio e de como e para

onde vai, sofrimentos vividos, batalhas e conquistas realizadas, ajustes às inconstâncias da vida... Tudo deve, coerentemente, se ligar a tudo, nada de solturas que levem a desconfianças...

Maria de Jesus Morais, a “nossa Jesus” para os mais próximos, em “Acreanidade’: invenção e reinvenção da identidade acreana”, não fala e nem alude ao nosso Francisco; porém, podemos dizer, fala de um “Francisco coletivo”. Ao se propor investigar, problematizar e compreender os meandros e mecanismos da invenção e das metamorfoses (reinvenções) da identidade acreana, a autora desvela as tramas presentes (com seus passados e com seus futuros) de um dos mais instigantes processos de construção de identidade territorial do Brasil.

A invenção e reinvenção da identidade acreana, para a autora, é menos um movimento espontâneo do passado para o presente e mais, muito mais, um movimento construído sobre uma temporalidade aparentemente confusa: do presente (de um novo governo a partir de 1999) para o passado (das batalhas, sofrimentos, superações e vitórias), do passado ressignificado de volta para o presente (a justificação para novos desafios com um novo desenvolvimento, o “sustentável”), avançando rumo ao futuro (a “florestania” ou a “cidadania na floresta”). Intelectuais orgânicos são recrutados ou se autorrecrutam para a missão: culturalistas reinventam a cultura; memorialistas reinventam a memória; historiadores reinventam a história; patrimonialistas, o patrimônio cultural; geógrafos, a geografia; artistas, a arte; músicos, a música; poetas, a poesia; monumentalistas, os monumentos; arquitetos e urbanistas, os espaços históricos ou recreativos das cidades... e engenheiros florestais, a floresta.

O grande projeto “florestânico”, o do “desenvolvimento sustentável”, se justificaria, assim, como projeto de todos, desde os nordestinos que migraram para o Acre como arigós, ainda na segunda metade do século XIX, aos estrangeiros especialistas que atualmente se encantam e esquadrinham cada canto das cidades e das matas, se certificando e “certificando a floresta” de que aqui, no Acre, *que existe mesmo*, em *se pesquisando, tudo dá!* Mesmo que, invisibilizados quase sempre, certos Franciscos, fazendo uso menor desse

arsenal identitário todo, abusando-se em meio a moças em bailes de gentes da floresta periférica, continuem distantes de qualquer “desenvolvimento”, manejados e manejadores braçais da “acreanidade”.

Por isso tudo, mas por muito, muito mais ainda, “*Acreanidade*”: *invenção e reinvenção da identidade acreana* torna-se imprescindível. Talvez inadvertidamente, podemos dizer que este livro é o “lado” que completa a totalidade de outro: “(Des)envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza”, de Elder Andrade de Paula; nele, a *materialidade* das contradições Capital/Trabalho no Acre, os projetos das elites, a resistência dos pobres e a centralidade e hegemonia (esperamos que apenas momentânea) do mercado; aqui, em “Acreanidade’...”, a *imaterialidade* das contradições entre invenções e reinvenções identitárias e invisibilidades e esquecimentos dos povos pobres da floresta, da água e da terra. Chaves de aberturas recíprocas, os dois livros *se ajudam* na compreensão ampla, crítica e radical do Acre contemporâneo.

Corpos e espíritos inteiros, à obra! Boa leitura.

Rio Branco – AC, 25 de julho de 2014

Jones Dari Goettert

Viveu no Acre entre 2002 e 2006.

Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (Mato Grosso do Sul)

Leva Franciscas e Franciscos do Acre consigo...

UM CONVITE À LEITURA

A publicação na forma de livro da excelente tese da Professora Maria de Jesus ocorre em momento mais que oportuno. No intervalo entre 2008 (ano de conclusão da referida Tese) e 2016, a propaganda do Acre como “modelo de desenvolvimento sustentável” foi largamente intensificada. Não por mero acaso, mas sim porque exatamente nesse período marcado por mais uma crise cíclica do capitalismo, acelerou-se monumentalmente o processo de mercantilização e financeirização da natureza. As adaptações promovidas no capitalismo no sentido de “esverdeá-lo” demandaram e demandam, para além do uso recorrente da força, formas consensuais de legitimação.

Nesse sentido, a escolha da “terra de Chico Mendes” como vitrine das supostas realizações virtuosas do “desenvolvimento sustentável” aparece como uma luva. Assim como aquela imagem da carinha simpática do ursinho panda apropriada pelo World Wildlife Fund-WWF como sua logomarca é usada para legitimar, entre outras barbaridades, a exploração florestal madeireira em larga escala, a imagem da “carinha de Chico Mendes” passa do mesmo modo a servir como “salvo conduto” para a marcha destrutiva do capital na Amazônia. Perplexidade. Como um dos heróis da luta de resistência pela terra na Amazônia passa a ter sua imagem apropriada para legitimar a obra de seus inimigos?

Mais do que concorrer para responder indagações dessa natureza, nesse livro Maria de Jesus esquadrinha os meandros da produção de memória em sua conexão intrínseca com o fazer e refazer do território. As tramas engendradas pelo poder oligárquico associado a grupos de capitais nacionais e internacionais, no sentido de produzir e atualizar permanentemente o “mito fundador” para assegurar a reprodução das relações de exploração e dominação, aparecem magnificamente “mapeadas” no decorrer do livro. Quem imaginaria, antes de 22 de dezembro de 1988, que Chico Mendes seria alçado por seus inimigos à condição de “herói acreano”? Que sua imagem seria utilizada para legitimar a destruição da vida e das florestas?

A leitura deste livro, para mais além de contribuir para aclarar os “usos e abusos” da imagem de Chico Mendes, concorre também para uma reflexão mais ampla sobre o lugar da imagem no processo de colonização das Américas. Em *La guerra de las imágenes de Cristóbal Colon a “Blade Runner”* (1492-2019), Serge Gruzinski (1994) mostra que a guerra das imagens talvez seja um dos acontecimentos maiores do fim do Século XX. Ela abarca, para além da luta pelo poder, temas sociais e culturais cuja amplitude atual e futura ainda somos incapazes de medir. Tal incapacidade, todavia, pode ser enfrentada paulatinamente através de investigações que não se deixam trair pela realidade aparente, como é o caso daquela que resultou neste livro.

Por estas e outras razões, recomendamos a leitura deste livro de Maria de Jesus. Siga com a autora os percalços de sua incursão que deslindam a produção de territórios, identidades e toda simbologia mobilizada para construção de sentidos apropriados para a continuidade da espoliação nessa porção da Amazônia. Boa leitura!!!!!!!!!!

Elder Andrade de Paula

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

INTRODUÇÃO

(...) não tem um encontro, uma reunião que não seja citado duzentas vezes o nome do Chico Mendes se tiver duzentos oradores. Governo da Floresta não foi de graça, foi estratégia simbólica para enganar quem vive na floresta (Dercy Teles).

Iniciamos esta apresentação com a fala da sindicalista de Xapuri, Dercy Teles, liderança do movimento seringueiro desde os tempos de Chico Mendes, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri em três momentos e membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre. Neste fragmento de fala, temos a tônica da temática do livro *“Acreanidade”*: *invenção e reinvenção da identidade acreana*², que dentre outras discussões, traz a questão da manipulação em torno do nome de Chico Mendes para legitimar um programa de governo, como o leitor terá a oportunidade de apreender ao longo do livro.

Este livro, que ora vem a público, deriva da minha tese de doutorado em Geografia, defendida em dezembro de 2008, sob orientação de Rogério Haesbaert, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

A tese foi escrita motivada por três perguntas: 1- por que o discurso identitário ganhou tanta visibilidade e importância no Acre na década 1999-2008?; 2- quais projetos políticos e econômicos estavam vinculados ao discurso identitário da “acreanidade”?; E, 3- a partir de quais elementos o discurso da “acreanidade” vem sendo construído?

Passados oito (08) anos desde a data de sua defesa, essas questões ficam mais claras, principalmente no que diz respeito aos projetos políticos que estão em curso, ou seja, o programa de mercantilização da natureza, sob o manto da economia verde, que junto traz o manejo florestal madeireiro e os

2 Optamos neste livro por utilizar os termos, “acreano” e “acreanidade”, pois, apesar da nova regra ortográfica, entendemos que este “e” faz parte da própria construção da identidade acreana.

pagamentos por serviços ambientais, como o programa Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD).

Até 2008, estavam sendo preparadas, política e juridicamente, as condições para a implementação da economia verde. Como **exemplos posteriores, temos** a institucionalização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que favoreceu a Política de Valorização do Ativo Florestal **para a qual** tinha sido criado o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do estado do Acre (Lei n° 2.025 de 20/10/2008). Em 2010, foi criada a Lei Estadual n° 2.308, que é um dos principais programas que estruturam o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

Nesses projetos, tem sido utilizado, cada vez mais, o nome de Chico Mendes, como forma de legitimar essas iniciativas. Primeiro, destituíram de Chico Mendes seu “conteúdo político revolucionário” e **transformaram-no** em um “pragmático ‘ambientalista’, em consonância com todo o complexo de organizações da sociedade civil, articuladas em torno da ideologia do desenvolvimento sustentável” (PAULA, <http://reporterbrasil.org.br/2013/12/25>). Chico Mendes também é apresentado como “vidente”, quando se diz que ele era a “favor do manejo florestal madeireiro, dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA)”, como ressaltamos no artigo “Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da economia verde”, publicado no *Do Acre* (MORAIS, 2012). Para a população da floresta, isso tem se configurado em conflitos de terra; no entanto, o Acre vem sendo apresentado como modelo de economia que deve ser seguido.

A tese, como de praxe, sofreu algumas adequações para o formato de livro, mas, na sua essência, permanece tal qual foi escrita e pensada, como trabalho acadêmico, em 2008. A divisão do tempo na versão do indigenismo oficial foi mantida, apesar de compreendermos, que com esta temporalização, difunde-se a ideia de que a questão indígena no Acre é, como resalta Padilha (2012), “apenas problema de gestão dos próprios indígenas”. A **periodização** oficial tem por finalidade “neutralizar as mobilizações e as lutas por direitos”, já que estaríamos vivendo esse tempo, o “tempo do governo dos índios” que, no caso, corresponde à ascensão do grupo político

dos irmãos **Vianas** (Jorge e Tião Viana). Como ressalta Padilha no Do\$\$\$iê Acre, “longe de estarmos no tempo dos direitos e, menos ainda, **no** tempo do governo dos índios”, os diferentes povos indígenas “continuam marginalizados e desrespeitados em todas as formas” (www.cimi.org.br).

A elaboração deste trabalho foi compartilhada por vários profissionais e amigos, em um emaranhado de vínculos e experiências riquíssimas, tanto no momento da elaboração, quanto agora, na formatação do livro. Neste sentido, gostaria de expressar aqui, os meus sinceros agradecimentos: a Rogério Haesbaert, orientador da tese, pela presente e atenciosa orientação, com quem foram compartilhadas todas as etapas da pesquisa; aos professores da UFAC José Alves Bairal, Karina Furini Ponte, Sílvio Simione da Silva, Lucilene Ferreira de Almeida, Floripes Rebouças, ao amigo Cláudio Cavalcante. Elder Andrade de Paula, que me tirou do mundo virtual dos sites do governo e das páginas do Jornal Página 20 e me apresentou a Dercy Teles e Osmarino Amâncio. Gerson Albuquerque – que me apresentou o Jornal Página 20. Jones Dari Goettert – presença marcante na tese em todos os momentos da pesquisa. A Maria Geralda de Almeida, professora de outrora, sempre presente. Aos amigos do Acre em programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, Nazira Camely, Isac Guimarães e Chico Bento. A Dercy Teles e Osmarino Amâncio, pelas valiosas contribuições que me mantiveram em alerta. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, através de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Márcio Pinon e Mônica Cox. Aos amigos do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização, espaço libertário, especialmente Denílson Oliveira, Thiago Romeo, Valter do Carmo, Amélia Cristina e Edir Augusto. *Muito Obrigada!*

Maria de Jesus Morais

JULHO DE 2016.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No período de 1999 a 2006, assistimos, no estado do Acre, a (re)construção de obras e monumentos com o objetivo de reafirmar uma certa identidade acreana. Neste período, foram criados sítios históricos, reconstruídos e reinaugurados espaços públicos destinados a criar e reafirmar uma certa memória coletiva, como museus, memoriais, sala-memória, logradouros – como parques, avenidas, ruas e praças – todos dotados de velhos e novos símbolos identitários do Acre, o que provocou uma grande mudança paisagística, principalmente na cidade de Rio Branco, capital do Estado. Neste período, houve grandes atos comemorativos de datas cívicas alusivas ao Centenário do Acre (1999-2003) e, em homenagem à memória de Chico Mendes (líder seringueiro assassinado em 1988) e, o patrocínio de uma série de projetos na área cultural para o “resgate” de uma certa cultura acreana. Essas iniciativas se concretizaram com a patrimonialização de alguns espaços, os quais materializam os ícones identitários do Acre, acompanhada por um discurso performaticamente proferido em torno de um mito territorial que entrelaça os eventos históricos mais significativos da sua história, acionados pelo discurso identitário oficial em consonância com a ressignificação da identidade acreana.

Os empreendimentos patrimoniais que materializam o discurso identitário da “acrianidade” valem-se da seleção de algumas “sequências da história”, de certos “espaços de referência identitária” (POCHE, 1983), tanto do passado quanto do presente, e da construção de um discurso que particulariza uma certa relação do acreano com a floresta, com a natureza, estimulando, também, a criação de novos referenciais simbólicos e de novas lembranças no presente.

Esses empreendimentos foram realizados pelo Governo da Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A FPA governa o Estado desde janeiro de 1999. Os dois primeiros mandatos foram do engenheiro florestal Jorge Ney Viana Macedo Neves (Jorge Viana), gestão autodenominada de “Governo da Floresta”. O terceiro man-

dato, de 2007 a 2010, teve como governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior (Binho Marques). O quarto de 2011 a 2014, teve como governador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (Tião Viana). E o quinto iniciou em 2015, também com Tião Viana. Durante o primeiro mandato, de 1999 a 2002, foram reconstruídas e reinauguradas várias obras monumentais, em conformidade com as comemorações do Centenário do Acre (1903-2003). Neste período, foram comemorados seis centenários relacionados à Revolução Acreana. Já o segundo mandato de Jorge Viana, de 2003 a 2006, destacou-se pela adoção do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDS) e construção de novos símbolos identitários, principalmente, os relacionados ao discurso florestânico³, isto é, os símbolos relacionados aos povos da floresta.

O objetivo desta pesquisa foi discutir a resignificação da identidade acreana, especialmente, a protagonizada pelo “Governo da Floresta” no período de 1999 a 2006, destacando os processos discursivos utilizados na construção da identidade acreana, bem como a construção e a resignificação dos signos identitários em duas dimensões: uma, a criação de “espaços de e da memória” no estado do Acre, e a outra, a “escolha” de alguns “espaços de referência identitária”, como Rio Branco, Xapuri e Porto Acre, que dão sustentação ao discurso identitário e, também, à “invenção de tradições”, dando conformidade à resignificação da identidade acreana.

O título – *“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana* – indica que tratamos a identidade como um constructo, aberto a múltiplas reconstruções. Como um processo que engloba, ao mesmo tempo, uma dimensão histórica, ancorada em uma certa memória coletiva (que, obviamente, também é construída), e uma dimensão geográfica ancorada nos “espaços de referência identitária” (POCHE, 1983), tanto do passado quanto do presente. A identidade é aqui concebida como construção histórica e social, produzida pelo discurso que formula as diferenças, conferin-

3 Termo elaborado por Israel Pereira Dias de SOUZA, na monografia de graduação do Curso de Ciências Sociais, *Reformas do Estado e o discurso florestânico no governo da Frente Popular: entre a epopeia e a tragédia*, 2005. Universidade Federal do Acre, Rio Branco.

do-lhes uma marca distintiva. Neste trabalho, a identidade é analisada pelo viés geográfico, ou seja, o da identidade territorial, que aqui é entendida como aquela identidade construída em sua relação com o território (HAESBAERT, 1999). Nessa perspectiva, os referenciais geo-históricos (do passado, do presente e do futuro) são vistos como estruturadores, em torno dos quais as identidades territoriais são construídas e reafirmadas (HAESBAERT, 2008).

O trabalho de enquadramento da memória coletiva, realizado pelo historiador oficial do Governo da Floresta, para a construção identitária da “acreanidade”, articula três eventos históricos: a Revolução Acreana (1899-1903), o Movimento Autonomista do Acre (1957-1962) e o Movimento Social de Índios e Seringueiros das décadas de 1970 e 1980. Os dois primeiros já eram reconhecidos pela historiografia regional; e no terceiro é inserida a trajetória de índios e de seringueiros no que diz respeito a sua relação com o território, destacando, principalmente, a resistência contra a destruição da floresta.

A invenção da “acreanidade” situa-se a partir da ressignificação do discurso da identidade acreana. Esta, até o início do Governo da Floresta, quando era mencionada, estava ancorada em dois eventos históricos: a *Revolução Acreana* (movimento dos brasileiros no Acre que “guerrearão” contra a Bolívia e “forçaram” a sua incorporação ao Brasil), com desfecho em 1903, e o movimento “autonomista” (1957-1962), de criação do Estado do Acre, protagonizado por José Guimard dos Santos, com desfecho em 1962.

Nesses dois eventos, era sempre ressaltado o papel de protagonista da elite local, como os seringalistas e comerciantes para o primeiro evento e seringalistas, comerciantes e funcionários públicos para o segundo evento.

O termo “acreanidade”, que define a identidade acreana atualmente, foi criado pelo Governo da Floresta em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local, que, em diferentes momentos históricos, acionou um discurso identitário para reivindicar, junto ao governo federal, a criação do estado do Acre. A “acreanidade” é uma ressignificação

da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo.

Nos capítulos deste livro discutiremos como esses referenciais históricos e geográficos são entrelaçados pela narrativa oficial na invenção da “acreanidade”.

A estrutura do livro está organizada em cinco capítulos. No primeiro, Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a “acreanidade”, são discutidos e entrelaçados os conceitos de território, identidade e memória, como elementos constitutivos do discurso identitário no Acre.

O segundo, Gênese da “acreanidade”: a Revolução Acreana. Gênese do Acreanismo: Movimento Autonomista do Acre, trata do mito fundador do Acre e dos acreanos – a Revolução Acreana –, movimento de integração do Acre ao Brasil, protagonizado por seringalistas e comerciantes brasileiros do Rio Acre, na passagem do século XIX para o XX. A Revolução Acreana é, também, o acontecimento histórico que institui o mito do abandono político do governo federal em relação ao Acre. É o evento histórico que “transforma” os brasileiros do Acre em acreanos, fundando, também, o acreanismo do movimento autonomista, pois “os acreanos lutaram com armas nas mãos para incorporar o Acre ao Brasil e, como compensação, o governo federal cria e institui o Território Federal do Acre”, com os “seus prefeitos departamentais, e, depois, governadores territoriais”. Esta questão é a raiz do acreanismo, acionado pelo “movimento autonomista” em prol da criação do estado do Acre em suas diferentes fases. Esse movimento alimenta o mito do abandono político, dos rejeitados pela pátria, e que, ainda hoje, é acionado pelo discurso oficial.

Com a perspectiva de mostrar como se dá a resignificação da “acreanidade”, discutiremos, no terceiro capítulo, A resignificação da identidade acreana: o movimento social de índios e seringueiros no estado do Acre como símbolo da defesa da floresta e do “verdadeiro acreano”, como o movimento social, em sua trajetória, utilizou referências territoriais para a construção das identidades de resistência à pecuarização do Acre, propondo outras formas de relação com o território, e como essas questões

“inspiraram” a execução dos programas de governo da FPA, desde 1999. No discurso identitário do Governo da Floresta, índios e seringueiros são os “verdadeiros” acreanos, são aqueles que “nos deram tudo”: um território, um governo, uma história.

O Partido dos Trabalhadores organizou-se e cresceu no Acre a partir do início da década de 1980, com o movimento social dos extrativistas questionando o modelo de desenvolvimento adotado até então no Estado. Por um lado, o PT nasceu imbricado ao movimento de resistência à ocupação das florestas pela pecuária e de confronto com os representantes do empresariado do Centro-Sul, conhecidos localmente como “paulistas”; portanto, em aproximação à bandeira de luta dos movimentos sociais do Acre, na época. Por outro lado, se apropriando de alguns traços do acreanismo, no que diz respeito aos velhos ícones identitários do Acre, e sinalizando para a construção de novos signos. Esta é a temática do quarto capítulo, A formação do Partido dos Trabalhadores no Acre, o “Governo da Floresta” e o “Discurso Florestânico”. Neste capítulo, além da trajetória do PT no Acre, discutiremos, também, as principais ações do Governo da Floresta no que se refere ao Programa de Desenvolvimento Sustentável, o qual estaria supostamente, “ancorado nos signos” do passado, nos ideais dos “verdadeiros” acreanos.

O trabalho de “enquadramento da memória coletiva”, além da produção de discursos organizados em torno de eventos do passado e da produção de grandes personagens, rastreia também os objetos materiais: monumentos, museus que podem dar sustentação à reafirmação identitária. Para a compreensão desse trabalho de enquadramento da memória no Acre, construímos o quinto capítulo – (Re)inventando o passado: a revitalização do patrimônio histórico e cultural do Acre – criação de “espaços de memória” e “invenção de tradições” –, com o objetivo de discutir a expressividade material e imaterial da “acreanidade” na recuperação e criação do patrimônio cultural e histórico do Acre, criado sob a ótica da preservação de uma certa memória coletiva, com a construção de novos símbolos da identidade acreana. E, também, com o objetivo de discutir os rituais celebrativos que dão

conformidade à resignificação da identidade acreana. Além de destacar as lembranças dos acontecimentos, personagens e lugares, faremos uma discussão ressaltando alguns dos tempos que desapareceram ou foram esquecidos nessa invenção identitária.

Para a realização da pesquisa, utilizamos como fontes de pesquisa os discursos fundadores da “acrianidade” (Revolução Acreana) e do acreanismo (Movimento Autonomista), bem como a memória oficial construída pelo Governo da Floresta em torno destes eventos. No que se refere ao mito fundador do Acre, analisamos o manifesto da Junta Revolucionária dos brasileiros do Rio Acre de 1899, que corresponde à primeira insurreição acreana. Analisamos, também, o manifesto e discurso da Junta Revolucionária, correspondente à segunda insurreição acreana, proferido por Luiz Galvez Rodrigues de Arias, também em 1899, por ocasião da proclamação do Estado Independente do Acre e, ainda, os artigos do “historiador oficial” do Governo da Floresta, Marcus Vinícius Neves, publicados, principalmente, nas colunas semanais do Jornal Página 20, *O Acre é Cem* e *Miolo de Pote*.

Sobre o Movimento Autonomista, analisamos: a) o relatório de Plácido de Castro de 1907, que se constitui a primeira manifestação formal da insatisfação dos seringalistas e comerciantes do Acre contra a institucionalização do Território Federal; b) os manifestos dos autonomistas do Juruá, nos anos de 1909, 1918, 1934 e 1957, que a princípio defendiam a criação do estado do Acre e depois defenderam a criação do Território Federal do Juruá; c) o discurso de José Guiomard dos Santos, de 1953, quando este se comprometeu, publicamente, a empreender campanha em prol da criação do estado do Acre, e material da sua campanha eleitoral de 1962; e d) de José Augusto de Araújo, primeiro governador acreano eleito no Acre, utilizamos material de campanha e o discurso de posse. Acompanhamos, igualmente, as matérias jornalísticas do Jornal Página 20, publicadas no período de 1999 a 2006, alusivas à criação do Estado do Acre.

Esses textos foram escolhidos, por representarem mais que documentos históricos: significam a própria matéria de construção dos sentidos que vão definindo o acreano, compreendendo esses textos, como ressalta Orlan-

di (2008[1990], p. 140) quando avalia os textos-discursos constitutivos da identidade brasileira, “como lugar de constituição da memória”.

Sobre o movimento social de seringueiros e índios, analisamos as Resoluções dos Encontros Nacionais do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), pesquisamos nas 24 edições (1977-1981) do *Jornal Varadouro* (publicado nos momentos de intensos conflitos entre os “acreanos” e os “paulistas”). Analisamos, também, várias entrevistas de Chico Mendes, publicadas em teses, livros e manifestos do movimento seringueiro. Mapeamos, com base no jornal *Página 20* e no site oficial do governo estadual, as falas do grupo político Governo da Floresta, quando utiliza os ideais desse movimento a fim de justificar a própria resignificação da identidade acreana e, também, para justificar o Programa de Desenvolvimento Sustentável.

Para mapear as ações e discursos do Governo da Floresta, utilizamos, portanto, além das matérias jornalísticas publicadas nos sites oficiais do governo – www.ac.gov.br e www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br –, o *Jornal Página 20*, como fontes centrais desta pesquisa.

A escolha deste jornal como fonte se deu porque ele tem estado presente em todos os acontecimentos públicos do Executivo estadual, por reproduzir fielmente as notícias do site do Governo da Floresta, por publicar várias matérias assinadas por membros e órgãos do governo e por ter em suas páginas colunas semanais escritas pelos articuladores da “acrianidade”.

O *Jornal Página 20*, quando surgiu em 1995, tinha uma declarada oposição ao governo de Orleir Camely (1995-1998). Já com relação ao governo da FPA, o jornal tem se revelado como o porta-voz do Governo da Floresta. Em sua linha editorial, proclama incessantemente o ideal do Acre grandioso que o Governo tem “construído”. Isso contribui para criar um consenso em torno das obras deste governo.

O jornal *Página 20* começou a circular no Acre em março de 1995, a princípio, semanalmente; em 2008, tinha uma tiragem de 1.500 exemplares diários, de terça a sábado, e 3.000 aos domingos. O jornal circula em todos os municípios acreanos e tem como maiores “clientes” a Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Governo Estadual. Por meio deste jornal, além de

acompanharmos cotidianamente a fala do grupo político Governo da Floresta, acompanhamos o processo de revitalização/construção do patrimônio material e imaterial do Acre, uma estratégia política para a reafirmação da identidade acreana. Além de utilizarmos as colunas semanais dos articuladores da “acreanidade”, ficamos também a par das matérias alusivas ao PDS.

As matérias do jornal, principalmente as colunas assinadas por membros e órgãos do governo, assim como os discursos e entrevistas dadas a este, pelo então governador Jorge Viana, foram utilizadas como fonte de análise do discurso identitário em torno da “acreanidade”, mas não esquecemos de que esse jornal também é um meio de divulgação para a população local dos ideais da “acreanidade”.

No Página 20, no período de 1999 a 2003, foram publicadas várias matérias alusivas aos vários centenários do Acre e às inaugurações de suas obras comemorativas. O período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, que corresponde ao segundo mandato do Governo da Floresta, foi de construção dos novos símbolos identitários do Acre e da implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Neste período, foram publicadas, no Jornal, várias matérias que justificavam a implementação do PDS como sendo a concretização dos sonhos dos povos da floresta, sonhos personificados na memória de Chico Mendes.

No Jornal Página 20, em 2003, o “historiador oficial” Marcus Vinícius Neves, escreveu, semanalmente, a coluna *O Acre é Cem*, que abordava temas relacionados à Revolução Acreana; o jornal publicou neste período, ainda, matérias especiais sobre todas as datas comemorativas de 2003 e as obras reconstruídas com referências identitárias. A partir de 2006, Marcus Vinícius passou a escrever a Coluna *Miolo de Pote*, que versa sobre questões relacionadas à história e à cultura do Acre; além das já reconhecidas, introduz novas temáticas, como o Santo Daime – a religião da floresta, “nascida” no Acre na década de 1910 –, e a arqueologia acreana, através da qual pretende recompor a “pré-história” do Acre. A Fundação de Cultura Garibaldi Brasil, durante a presidência de Marcus Vinícius, publicou semanalmente, no Jor-

nal Página 20, a coluna CulturaRB, que tratava de temas ligados à cultura da capital do estado do Acre, a cidade de Rio Branco.

O jornalista Élson Martins foi assessor especial do Governo da Floresta para assuntos culturais e foi assessor do governo do PT de Binho Marques, como colaborador na Biblioteca da Floresta. Élson Martins também escrevia no Jornal Página 20. Em 2003, escrevia a coluna *Página Aberta*, que tratava de questões vinculadas à história, memórias e reflexões sobre o Acre, e, depois, escreveu a coluna *AlmanAcre*, que abordava questões relacionadas à cultura e à sociedade acreana.

Em 2008, um outro colaborador da Biblioteca da Floresta, Marcos Afonso, ex-deputado federal pelo PT, começou a escrever a coluna semanal *Varal de Ideias*, abordando, também, questões relacionadas à cultura no Acre. Marcos Afonso coordenou, junto com Élson Martins, o Projeto de Diálogo entre os Saberes Tradicional “da floresta-centro”, e o moderno, “da cidade-margem”.

Acompanhamos igualmente, nesse mesmo jornal, desde 2004, a coluna *Papo de Índio*, coordenada pelos antropólogos “Txai” Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias. Escreveram nessa coluna antropólogos envolvidos com processos de reconhecimento de povos indígenas e com as próprias lideranças indígenas do Acre. A coluna abordava várias questões, como as políticas públicas relacionadas à regularização das Terras Indígenas (TIs) e à criação de Reservas Extrativistas (RESEX); as formas de mobilização de índios e seringueiros por meio de suas organizações e representações políticas; experiências de gestão territorial e educação indígena; conflitos interétnicos e territoriais decorrentes de sobreposições entre terras indígenas e Unidades de Conservação (UCs); conflitos entre grupos indígenas e a sociedade regional; questões fronteiriças com o Peru e a Bolívia e outros temas vinculados às lutas dos povos da floresta.

Além das fontes arroladas acima, realizamos algumas entrevistas chave. Os entrevistados escolhidos foram: lideranças seringueiras e indígenas, empresários, membros do governo e/ou vinculados a este, e intelectuais articuladores da “acrianidade”. No que diz respeito à questão dos seringuei-

ros, entrevistamos algumas lideranças que militaram com Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980 e que exercem, na atualidade, alguma influência como formadores de opinião. Foram entrevistados: Osmarino Amâncio Rodrigues e Dercy Teles de Carvalho, que veem da militância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e que, atualmente, fazem várias críticas à economia florestal implementada pelo Governo da Floresta e ao “resgate” cultural no que se refere à memória de Chico Mendes. Entrevistamos, também, Raimundo de Barros (Raimundão), primo de Chico Mendes, e Assis Monteiro, que foram os “escolhidos”, entre outros, pelo governo estadual, para fomentar e defender, junto aos seringueiros, o manejo florestal.

Sobre a questão indígena, além de acompanhar a coluna semanal *Papo de Índio*, do Jornal Página 20, entrevistamos o secretário estadual dos povos indígenas (2003/2006) e assessor especial para a questão indígena do governo de Binho Marques (2007-2010), Francisco da Silva Pianko (povo Ashaninka), com o objetivo de discutir a relação dos povos indígenas do Acre com o Governo da Floresta.

Entre os governantes, entrevistamos o então senador da República Sibá Machado, em março de 2007, sobre a trajetória dos movimentos sociais e do PT, no Acre. No que se refere aos defensores da economia florestal, entrevistamos o então secretário da Secretaria Estadual de Florestas (SEF), o engenheiro florestal Carlos Ovídio Duarte Rocha (Resende), em abril de 2008, um dos idealizadores da economia florestal nos moldes dos negócios sustentáveis. Com Resende, falamos sobre o papel da SEF no Governo da Floresta e sobre a “opção” do Acre em adotar o caminho florestal. Nessa mesma linha, entrevistamos dois funcionários da Comissão Executiva da Política de Incentivo à Atividade Industrial/COPIAI: um, responsável pelas informações da Lei de Incentivos à Indústria, e o outro, responsável pela fiscalização das empresas que receberam incentivos do governo.

Entrevistamos, em se tratando daqueles que se dedicam à questão cultural, o historiador Marcus Vinícius Neves, a “voz autorizada” para falar sobre cultura e história do Acre, que nos falou do seu papel no Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Estadual de Cultura e Comunicação

Elias Mansour/FEM (1999-2004) e na Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil. Outra entrevista nossa foi com a arquiteta de várias obras de revitalização realizadas pelo Governo da Floresta, Edunira Assef, que nos falou sobre as obras de patrimonialização no estado do Acre. Devysson Israel Gusmão, então diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da FEM, foi nosso entrevistado acerca da política de preservação e/ou criação do patrimônio cultural estadual acreano.

O acreano Antônio Alves (Toinho Alves), jornalista, escritor e poeta, foi nosso entrevistado em março de 2007. Este, nas décadas de 1970 e 1980, participou dos movimentos socioambientais do Acre e da criação do PT. Foi diretor da Fundação de Cultura Garibaldi Brasil durante a gestão do PT na Prefeitura de Rio Branco (1992-1996), diretor da FEM no Governo da Floresta (1999-2002), assessor especial do Governo de Binho Marques e integrou o grupo de editores do *site* da Biblioteca da Floresta Ministra Maria Silva⁴. Em nossa entrevista, ele nos falou sobre a trajetória do PT no Acre e do envolvimento do governo estadual na construção-reafirmação da “acrianidade”. Toinho Alves, Élson Martins e Marcus Vinicius foram os articuladores, ou “enquadradores” da memória acreana e da “acrianidade”.

Entre os empresários, entrevistamos o engenheiro florestal da empresa Ouro Verde Madeiras, Cristian Rau Stoltenberg, que nos informou sobre a certificação dessa madeireira e da relação dela com as comunidades envolvidas com o manejo madeireiro da citada empresa. A Ouro Verde é uma das empresas apoiadas pelo governo estadual e se dedica aos negócios sustentáveis, um dos símbolos da economia florestal.

Com relação aos intelectuais, além de Marcus Vinicius Neves e Toinho Alves, entrevistamos o jornalista Élson Martins, um dos diretores do Jornal Varadouro (1977-1981) e, assessor especial do Governo da Floresta para assuntos sobre cultura e identidade no Acre. Élson Martins desenvolveu o projeto Saberes Tradicionais. Élson Martins e Toinho Alves foram os

4 A Biblioteca da Floresta foi inicialmente denominada de Ministra Marina Silva. A mesma foi inaugurada em 2007 e naquele momento era uma homenagem do Governo da Frente Popular do Acre para a ex-seringueira que se tornou Ministra do Meio Ambiente (2003 a 2008) do governo Lula.

defensores-constructores da ideia de que os verdadeiros acreanos são provenientes da vida na floresta.

Entre os autonomistas, entrevistamos Iris Célia Cabanellas, “bandeirante” do Comitê Pró-Autonomia do Acre, de 1957 e 1962, que nos falou da campanha autonomista de José Guiomard dos Santos, e Osmir Lima, autonomista do Juruá que até bem pouco tempo, ainda defendia a criação do estado do Juruá.

Esse foi o caminho percorrido para compreender o discurso identitário da “acrianidade”. Nos capítulos que seguem, discutiremos como o Governo da Floresta construiu uma imagem de si e uma representação histórica compatível com seus interesses. No primeiro capítulo, de natureza mais teórica, discutiremos as tramas conceituais para entender a “acrianidade”.